

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Ataque à esquerda

Em uma rede social, o presidente Bolsonaro repudiou — com politização, claro — a decisão da Colômbia de descriminalizar o aborto até a 24ª semana de gestação. “No Brasil, a esquerda festeja e aplaude a liberação do aborto até o 6º mês de gestação, lamentavelmente aprovado na Colômbia. Trata-se da vida de um bebê que já tem tato, olfato, paladar e que já ouve a voz de sua mamãe. Qual o limite dessa desumanização de um ser inocente?”, escreveu.

Desistência

O ministro das Comunicações, Fabio Faria, desistiu de concorrer a uma vaga no Senado pelo Rio Grande do Norte. Ele garantiu que permanecerá na pasta até o fim do governo, por querer consolidar o lançamento da rede 5G no país. Faria disse que pretende retornar à iniciativa privada. Com a decisão, está aberto o caminho para o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, concorrer a uma cadeira no Senado, com apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Pazuello vem aí

De olho numa vaga de deputado federal, o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, deu início aos procedimentos de aposentadoria do Exército. Segundo aliados, ele pretende disputar uma das 46 cadeiras do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados. Pazuello ainda conversa com alguns partidos, sendo o PL, escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro, seu destino mais provável.

Carnaval eleitoral

Começa neste sábado de carnaval a veiculação de propaganda partidária gratuita em rádio e televisão em âmbito nacional. Extinta desde 2017, a propaganda partidária foi retomada pelo Congresso Nacional no ano passado. Com isso, as propagandas dos partidos políticos voltam neste primeiro semestre. Pelo calendário divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PSol será o primeiro partido político a veicular a propaganda. Já nos dias 1º e 10 de março, serão difundidas as propagandas do PDT e do MDB, respectivamente. A íntegra do calendário está disponível em www.tse.jus.br.



As armas de Bolsonaro para ficar no Planalto

O presidente Jair Bolsonaro prepara um arsenal para reverter a desvantagem em relação ao seu maior adversário no momento, o petista Luiz Inácio Lula da Silva. A estratégia da virada passa por um conjunto de medidas econômicas, anunciadas desde o lançamento do Auxílio Brasil. Ampliação de crédito, ajuda emergencial e até promessa de reajuste para servidores entram no cálculo, com impactos relevantes no orçamento. A questão mais complexa na aritmética da reeleição é o cenário econômico, ainda muito desfavorável, com inflação resistente e juros altos. A crise da Ucrânia, que já provocou o aumento na cotação do petróleo e em algum momento afetará o dólar, são obstáculos à frente da estratégia bolsonarista para permanecer no Planalto.

Se, na economia, o presidente Bolsonaro busca soluções para agradar o bolso do eleitor, na política, a toada se mantém. O candidato à reeleição aposta fortemente no embate com Lula, pois entende que a polarização é fato consumado. E conserva o estilo beligerante que o levou ao Planalto em 2018. O presidente não economiza declarações polêmicas na internet nem ataques aos adversários, mesmo que sejam ministros do Supremo Tribunal Federal. A ausência na posse de Edson Fachin e Alexandre de Moraes foi o sinal mais recente de que o presidente não pretende moderar o tom.

Operação anulada

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) anulou a operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal contra o pré-candidato à presidência Ciro Gomes (PDT). A decisão se aplica à operação Colosso, que apura fraudes e pagamentos de propinas na licitação das obras no estádio Castelão, em Fortaleza, entre 2010 e 2013. “Mesmo nos momentos de maior indignação, nunca duvidei de que a verdade e a justiça prevalecessem sobre o arbítrio, a manipulação e a prepotência. Esta decisão do TRF-5 honra o judiciário brasileiro”, comentou Ciro. Ainda cabe recurso à decisão da 4ª Turma do TRF-5.

“Estado policialesco”

A operação da PF ocorreu em 15 de dezembro último. À época, Ciro Gomes disse que a ação, “tardia e despropositada”, tinha o objetivo de prejudicar sua candidatura. “O braço do estado policialesco de Bolsonaro, que trata opositores como inimigos a serem destruídos fisicamente, levanta-se novamente contra mim”, acusou.

S.O.S Educação

O plenário do Senado aprovou projeto de lei 3385/2021, de autoria do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que estabelece a Política Educacional Emergencial (Pede). A iniciativa tem como finalidade reverter o cenário desolador no ensino brasileiro, em consequência da pandemia de covid-19. “Temos um risco gravíssimo de perder uma geração inteira para a improdutividade, para o desemprego e para o desalento, uma vez que o afastamento causado pela pandemia foi muito grave”, ressaltou Vieira. A proposta segue para a Câmara.

PODER

MP contra MP dentro do TCU

Procurador Júlio Marcelo chama de “esdrúxula” ação de suspeição contra ele apresentada pelo subprocurador Lucas Furtado

» LUANA PATRIOLINO

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Júlio Marcelo (E) disse ser “descabida” a acusação de suspeição levantada por Lucas Furtado (D) em relação ao ex-juiz Sergio Moro



Verifica-se que as alegações por ele apresentadas são genéricas e desfundamentadas. Não foi sequer informado em qual das hipóteses legais de suspeição este procurador estaria enquadrado”

Trecho da manifestação de Júlio Marcelo

“amizade íntima ou interesse no julgamento do processo” envolvendo Moro, por causa de “antigas e esporádicas postagens em redes sociais”, nas quais registrou apenas “admiração e apreço pelo trabalho desenvolvido no combate à corrupção”. Ele negou ser amigo de Moro e disse não conhecer familiares do ex-juiz.

Jantar

Na manifestação a Dantas, Oliveira citou a presença do ministro no jantar em homenagem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada em dezembro, e do suposto

TCU/Divulgação



Jogos de azar: votação adiada

» CRISTIANE NOBERTO
» RAPHAEL FELICE

A Câmara adiou para hoje a votação da proposta que legaliza os jogos de azar no Brasil. O PL 442/91 regulamentaria cassinos, bingos e jogo do bicho. Apesar de a bancada evangélica da Casa tentar obstruir a apreciação do PL, parte dela quer incorporar trechos para favorecer hospitais, entidades filantrópicas e igrejas.

Na emenda apresentada, o deputado Fausto Pinato (PP-SP) justifica que o objetivo “é igualar as modalidades de jogos com base no princípio da isonomia”. Além de outras questões, como desenvolver o empreendedorismo na área, o deputado sugere que: “os sorteios, jogos e bingos realizados por entidades filantrópicas, religiosas e por Santas Casas que tenham por objetivo angariar recursos, exclusivamente para manutenção de suas atividades sociais e filantrópicas, não se sujeitarão ao disposto nesta lei”.

Segundo o substitutivo do deputado Guilherme Mussi (PP-SP), aprovado em comissão temática em 2016, os cassinos deverão ser instalados apenas em resorts, na parte do complexo integrado de lazer.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ser demagogia não querer discutir os jogos de azar no âmbito legislativo, pois parte dos jogos já acontecem no Brasil como contravenção, como no caso do jogo do bicho ou pela internet, como os sites de apostas esportivas. Para ele, a única “inovação” seria a criação de cassinos-resort.

interesse do magistrado em ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), caso o petista seja eleito presidente.

“No último mês de dezembro, vem de participar de festivo jantar promovido por grupo de advogados ostensivamente hostis à Operação Lava-Jato, ao ex-juiz Sergio Moro e aos membros do MPF, jantar de natureza político-partidária, com a finalidade de manifestar apoio à pré-candidatura do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que poderá, se eleito for, nomear Vossa Excelência para o cargo de ministro do STF”, diz trecho do documento.

No início deste mês, Furtado

encaminhou ao TCU um pedido para que os bens de Moro sejam bloqueados, como medida cautelar. Ele alega suposta sonegação de impostos sobre os pagamentos que o ex-juiz recebeu da Alvarez & Marsal, responsável pela administração judicial de empresas condenadas pela Lava-Jato. Pelo trabalho, ele teria recebido R\$ 3,6 milhões.

Essa não é a primeira vez que o tribunal volta a atenção para os ganhos do ex-juiz. Em dezembro, o ministro Dantas determinou que o escritório Alvarez & Marsal revelasse quanto pagou a Moro depois que ele deixou a empresa para se aventurar na política.